

# História e narrativa na historiografia alemã do século XIX

Julio Bentivoglio<sup>1</sup>

**Resumo.** Este texto analisa o problema da narrativa para a História tal como aparece na historiografia prussiana do século XIX, tomando como objeto de discussão algumas proposições de Humboldt, Gervinus, Ranke e Droysen a respeito. Estes autores conferiram papel decisivo à elaboração das narrativas com os resultados do trabalho da pesquisa histórica, destacando esta dimensão muitas vezes negligenciada pelos historiadores de seu tempo. Depois de Chladenius, mas muito antes de Hayden White, Paul Ricoeur ou Lawrence Stone colocava-se a questão da urdidura do enredo, da referência ao real e da possibilidade de topologias de representação do passado como fundamentos da escrita da História.

**Palavras-chave:** Teoria da história. Historiografia alemã. Narrativa. Século XIX. Historiadores alemães.

Tornou-se corriqueiro vincular o debate sobre a narrativa na História a Hayden White em seu *Meta-história* de 1974 (1998) e à publicação, pelo historiador marxista Lawrence Stone, do artigo *The revival of narrative* (1979). Mas, outras reflexões foram feitas, sobretudo na França, com destaque para Roland Barthes (1988) e Paul Ricoeur (1994) e, nos Estados Unidos com Peter Gay (1989), mas também pelos partidários da filosofia analítica, em especial, William Gallie e Arthur Danto (2006). A rigor o campo poderia ser delimitado entre os historicistas de um lado, que reconhecem a importância da compreensão e da exposição como momentos distintos do fazer histórico, e os defensores da tese narrativista de outro, que entendem a narrativa como sendo o próprio modo de explicar da História.

<sup>1</sup> Departamento de História (CAFES). E-mail: juliobentivoglio@gmail.com

O que se pretende demonstrar neste artigo é que no momento em que a história se constituía como um saber autônomo teórica e metodologicamente na Alemanha, estabelecendo as bases de sua validade científica, não passou despercebida aos prussianos a reflexão sobre sua dimensão narrativa<sup>1</sup>. Com efeito, pode-se detectar em Ranke (1795-1886), Droysen (1808-1884), Humboldt (1767-1835) e Gervinus (1805-1871) tanto o esforço de delimitação de um novo campo do saber com a fundação do método histórico através do desenvolvimento da crítica documental e do expediente à compreensão hermenêutica que apartou a história da filosofia, quanto a reflexão sobre a representação do passado na escrita da história, indicando sua pertença e afastamento da literatura. A leitura dos historiadores prussianos do século XIX patenteia o reconhecimento que fizeram destas duas dimensões, a teórico-metodológica e a narrativa, algo que, por exemplo, não aparece na historiografia francesa do mesmo período (HARTOG, 1993). Não por acaso, Ranke teria afirmado que “a história se diferenciava das demais ciências por ser também uma arte” (*Apud* BENTIVOGLIO, 2010, p. 141). Na Alemanha a formação epistemológica do novo campo do conhecimento caminhou *vis à vis* com o debate em torno da exposição narrativa dos resultados da pesquisa, reconhecendo-se aí uma dimensão poética ou inventiva, que exigia cuidados. Afinal a história era ciência independentemente de seus fundamentos narrativos. Assim, para os historiadores alemães a escrita da história era parte integrante das reflexões sobre o campo, o objeto e o método histórico. Hoje, curiosamente, se faz caminho inverso: questiona-se a dimensão narrativa para se afirmar que a história não é ciência.

A escrita da história surgiu como uma pedra de toque na historiografia alemã do século XIX; Humboldt, Ranke, Droysen e Gervinus, todos eles vinculados ao historicismo e ao surgimento da chamada Escola Histórica Prussiana consagraram reflexões pontuais a respeito. E ao contrário da historiografia francesa do período, preservaram um fecundo diálogo com a filosofia e com a literatura. Não por acaso, aqueles historiadores prussianos foram também leitores e tradutores de obras literárias. E quase todos eles chegaram à história por meio da filologia. Para eles a preocupação da referência ao real e da reconstrução do passado por meio da narrativa sempre ocupou um lugar de destaque em seus prefácios e introduções.

A leitura dos estudiosos da atualidade quanto dos autores antigos que buscaram definir como se constituía a escrita da história apresenta pontos comuns relevantes que permitem iluminar a questão. Em todos a referência maior é Aristóteles (1989), algo que ocorre desde Luciano de Samósata, por exemplo (LUCIANO, 2009, p. 77), passando por Tucídides (1999) ou Políbio (1985). A história deveria tratar apenas a eventos destacados, necessários, familiares ou úteis. Para os Antigos, *história* era sinônimo de *relato*, portanto de narrativa, mas este relato teria como aspecto basilar a referência ao real. Assinalavam também a autoria e, ao contrário dos poetas, aos historiadores era interditado o recurso à fantasia, à linguagem demasiado metafórica e excessivo recurso retórico. Para Luciano,

Admitimos que o historiador deve ter como objetivos a franqueza e a verdade, assim também o primeiro e único objetivo de sua linguagem é mostrar claramente os fatos e fazê-los aparecer em plena luz, sem empregar termos impenetráveis e fora do comum (LUCIANO, 2009, p. 73).

Johann Martin Chladenius (1710-1759) em sua *Ciência histórica universal (Allgemeine Geschichtswissenschaft)*<sup>2</sup> impressa em 1752 fez indicações preciosas e originais a respeito da escrita dos textos históricos, considerando-a como uma parte fundamental do trabalho histórico e foi uma referência para as gerações que lhes foram posteriores. E indica que

Histórias podem existir sem narrações, mas não podem existir narrações sem história [...] Narrações históricas não são menos do que mudanças dessas coisas reais (§13). Mas como as coisas reais não têm necessidade de serem reconhecidas pelos seres humanos, nem expressas por eles em palavras, podem, portanto, ocorrer eventos e histórias sem que surjam disso frases históricas, narrações e notícias (CHLADENIUS, 2009, p. 22).

Para Chladenius, história também era a narrativa de eventos verdadeiros. Foi um dos primeiros a indicar a presença da subjetividade e do ponto de vista (*Sehepunkte*) na elaboração das histórias,

interferindo em sua construção. Tanto nas testemunhas quanto no historiador. Embora afirme que história e fábula são parecidas, Chladenius ressalta que a história trata de coisas reais, lida com feitos humanos. Todo o 6º capítulo de sua *Ciência Histórica Universal* intitulado *Da transformação da história ao narrar*, foi dedicado ao problema da escrita da história; onde, por exemplo, se lê que “o evento nunca é narrado em sua totalidade daquela maneira como foi percebido, mas sim de acordo com certo quadro extraído da percepção e de como este se apresenta na memória do narrador” (CHLADENIUS, 2009, p. 93).

Ainda segundo Chladenius, observamos a realidade sempre a partir de uma determinada perspectiva, ampliando, omitindo ou reduzindo certos aspectos. Logo a história seria o resultado de pontos de vista particulares e seus encontros. Tal perspectiva naquela cultura historiográfica transitará desta perspectiva singular oitocentista – que aparece, por exemplo, em Herder (1744-1803) – para uma perspectiva mais coletiva no século XIX: a visão de mundo (*Weltanschauung*). Assim, perceber e narrar seriam atividades semelhantes: “narração é, portanto, uma considerável transformação da história quando se extrai dela a obra [o ponto] principal” (CHLADENIUS, 2009, p. 99). Um modo de reconhecer este aspecto mais importante seria através do método comparativo. Ele divide a História em dois gêneros: narrações eruditas e políticas:

As narrações escritas com o objetivo de instruir aqueles que não sabem do evento serão por nós denominadas de narrações eruditas, já que ninguém que não seja um estudioso irá registrar estas notícias, mas aquelas que são escritas com determinada intenção, estas queremos denominar de narrações políticas (CHLADENIUS, p. 2009, p. 106).

Toca ainda em um aspecto nevrálgico da escrita da história: a urdidura do enredo. Para ele, o “que aqui denominamos de configuração é denominado de *status causa* num processo ou semelhante e de *speciem facti*<sup>3</sup> quando o assunto ainda terá que se desenvolver chegando a um processo” (CHLADENIUS, 2009, p. 111). Ou seja, narrar histórias envolve uma arte, pois, em História “convencer não é

o mesmo que comprovar ou dar certeza a um assunto, mas significa chegar à certeza passando por dúvidas e escrúpulos existentes” (CHLADENIUS, 2009, p. 241).

No tópico denominado *A arte de escrever história*, elenca fundamentos delimitadores da especificidade histórica: a) que seja óbvio que o historiador esteja falando a verdade; b) que ele faça a seleção sobre o que deverá registrar ou silenciar; c) que seu trabalho destina-se a instruir a posteridade. Neste exercício, Chladenius indica que nem sempre o tratamento dos temas poderá ser útil ou atraente para todos os leitores. Seriam ainda virtudes artísticas do historiador: escrever coisas agradáveis, que despertem interesse, com convicção.

Passando em revista, pode-se dizer que para Chladenius a história é uma coisa, seu reconhecimento outra e sua narração outra mais distinta, porque nela o grau de fragmentação é ainda maior. Não é possível concordar com Koselleck para o qual “Chladenius partiu do princípio de que a história e sua representação seriam coincidentes” (KOSELLECK, 2006, p. 169). Para Chladenius o historiador não trabalha exatamente com a verdade, ele busca apresentar fatos e eventos com certeza. Esta última seria resultante da contraposição entre o ponto de vista do historiador e aquilo que as fontes e testemunhos revelam sobre o passado. Destarte, a história não pode incluir a possibilidade, tampouco a dúvida. Foi em torno do legado de Chladenius que surgiram as contribuições subsequentes a respeito da escrita da história na Alemanha.

Wilhelm von Humboldt ao redigir a conferência *A tarefa do historiador (Die Aufgabe der Geschichtschreibers)*, pronunciada em 12 de abril de 1821 na Universidade de Berlim (CALDAS, 2001), parte da seara aberta por Herder e Chladenius e principia tratando da representação do passado na narrativa. Ranke não lhe dedicará atenção em estudo específico, embora possa se considerar tanto sua *Para uma crítica dos historiadores recentes (Zur Kritik neuerer Geschichtschreibers)* de 1824 como em partes de outros textos – principalmente nos prólogos de seus livros – questões concernentes à escrita da história<sup>4</sup>. Discussão cirúrgica apareceria somente no *Fundamentos de teoria da História (Grundzüge der Historik)* publicado por Georg Gottfried Gervinus em 1837 (2010) e, em seguida, no ano de 1858 com a tropologia sistemática do *Manual de Teoria da História (Grundriss*

*der Historik*) de Johann G. Droysen (2009) bem como sua *Historik* de 1868. Como se pretende demonstrar, todos eles pontuavam a narrativa histórica como um problema teórico para a História. A resposta oferecida pela historiografia alemã do século XIX revela muito mais do que o simples exercício ou a reflexão sobre o método, inserindo a discussão sobre a escritura da História, diferentemente do que aponta Luiz Costa Lima, para quem a discussão sobre essa relação teria tido um impacto bem menor (LIMA, 1989, p. 39). Naquele momento a narrativa era claramente vista como o meio através do qual o passado e sua análise se consubstanciavam, devendo ser pensada como parte integrante da teoria da história (*Historik*).

Como se verá a seguir, os historiadores prussianos redigiram e pensaram as narrativas históricas diferentemente de peças retóricas ou textos literários, mas tendo estes domínios como perspectivas a serem consideradas pela teoria da história. A seu modo Ranke, Gervinus, Droysen e Humboldt sinalizam a importância das exposições da pesquisa (*Topik*) como um momento decisivo. A história deveria apresentar-se como um gênero específico, científico, apartado dos demais gêneros literários, mantendo com eles fronteiras nítidas. Não por acaso a filologia, e não a filosofia, foi a porta de acesso para que todos eles se aproximassem da História. Nas palavras de Gay, de artífices os historiadores se tornaram profissionais (1989, p. 21).

Mas qual o teor da análise empreendida pelos autores aqui destacados? Começemos por Humboldt. Em sua conferência de 1821 ele afirma: “a tarefa do historiador consiste na exposição dos acontecimentos” (HUMBOLDT, 2001, p. 79). E prossegue “tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa for esta representação” (HUMBOLDT, 2001, p. 79). Destacou, destarte, em primeiro lugar a escrita da história, não o método ou a pesquisa, como função primordial dos historiadores. Droysen, por seu turno, inverterá essa fórmula, colocando maior importância na pesquisa e no método, visto a narrativa surgir como uma terceira e última etapa do trabalho histórico. O cuidado com a escrita, contudo, não fará do historiador um sujeito passivo ou receptor. Uma boa história, bem escrita, depende sobretudo da autonomia e da criatividade por

parte dos historiadores. Para Humboldt, como os acontecimentos estão estilhaçados e são apenas parcialmente percebidos, caberia ao historiador revelar seu contexto interno, desvendar sua verdade essencial (*innere Wahrheit*). E afirma:

Quando se tenta esclarecer o fato mais insignificante, mas limita-se a somente dizer o que realmente sucedeu, logo se percebe que, sem um cuidado extremo na escolha e medida das expressões, tornam-se inevitáveis os erros e as imprecisões, uma vez que pequenos fatores acabam se mesclando aos eventos do passado. Como brota da plenitude da alma, a própria linguagem contribui para tal situação, pois freqüentemente lhe faltam expressões que estejam livres de conotações. Por isso, nada mais raro do que uma narrativa literalmente verdadeira, e nada serve de melhor prova de uma disposição livre e objetiva da alma, e de uma mente saudável ordenada e capaz de puro discernimento. (HUMBOLDT, 2001, p. 79-80).

Esse trecho também serve para dissipar outro equívoco, pois sendo mentor da entrada de Ranke na Universidade de Berlim, Humboldt certamente o influencia nesse aspecto, permitindo uma compreensão mais exata do sentido da fórmula “tal como ocorreram” (*wie es eigentlich gewesen*) rankeana. Prossegue Humboldt:

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire através desta triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. Parar neste ponto significaria sacrificar uma verdade autêntica, interna e fundamentada em um contexto causal, em prol de uma outra, superficial, literal e aparente (HUMBOLDT, 2001, p. 80).

A passagem não poderia ser mais clara, indicando um dos pilares sobre os quais se assenta a tarefa dos historiadores para a Escola Histórica Prussiana: a crítica documental. Adiante dirá Humboldt que de “modo diverso ao do poeta, mas ainda assim guardando com

este semelhanças, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos” (HUMBOLDT, 2001, p. 80). Ou seja, ordenar eventos e preencher lacunas exige, tal como o trabalho do poeta, a criatividade e a imaginação. “Mas [o historiador] deve submeter a fantasia à experiência e à investigação da realidade” (HUMBOLDT, 2001, p. 81). Ela é subordinada e não age livremente, de modo que Humboldt prefere chamá-la de “faculdade de intuição” ou “dom de estabelecer conexões” (HUMBOLDT, 2001, p. 81). Algo que Chladenius identificava à percepção e ao reconhecimento dos fatos por meio do *ponto de vista*. Vale ainda lembrar a dívida de Collingwood, com seu apelo à imaginação histórica, a esta perspectiva (COLLINGWOOD, 1994). Dialogando com Aristóteles, Humboldt indica ainda que, para pesquisar a realidade, o historiador é trespassado pelas idéias, mas busca o necessário, diferentemente do poeta, pois este não visa exatamente o real, tampouco o necessário. Afasta-se das idéias para deter-se, muitas vezes, na forma.

Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos, em um segundo momento devem ser articulados os resultados da pesquisa e intuído o que não foi alcançado pelo primeiro meio. Aquele que segue somente o primeiro caminho ignora a essência da própria história, e quem o despreza corre o risco de falsificar as particularidades. (HUMBOLDT, 2001, p. 80)

Assim, a tarefa do historiador será mais pura e perfeita quanto puder compreender a humanidade, suas ações e circunstâncias (HUMBOLDT, 2001, p. 82) e, como a poesia e a filosofia, Humboldt vê a história como uma atividade científica e uma arte plena em si mesma, livre. Mas,

[...] a abordagem filosófica representa uma ameaça muito maior para a autenticidade histórica do que o tratamento poético, pois este pelo menos está acostumado a dar livre curso ao material com que lida. A filosofia dita um objetivo

aos eventos, e assim esta busca por causas finais, sejam elas deduzidas da essência da natureza ou do próprio homem, perturba e falsifica toda visão livre sobre a ação própria das forças (HUMBOLDT, 2001, p. 84).

Para Humboldt o meio no qual se desenvolve a história é o sentido para a realidade, transitório e dependente, do tempo e da existência. Função orientadora que reaparecerá em Rüsen (2001). E que guarda distância de uma abordagem filosófica ou existencial. De modo que a história não daria exemplos, ela buscaria a autenticidade.

A teia dos eventos se mostra ao historiador como uma aparente confusão, somente inteligível em seus fatores cronológicos e geográficos. Para dar forma à sua exposição, ele precisa separar o necessário do contingente, descobrir as seqüências internas, tornar visíveis as verdadeiras forças ativas. Tal forma não está assentada sobre um valor filosófico imaginado ou prescindível, ou sobre um estímulo poético do mesmo tipo, mas sim sobre sua necessidade primordial e essencial, sua verdade e sua autenticidade (HUMBOLDT, 2001, p. 82).

O êxito da tarefa será completado pela representação do passado. E revela Humboldt que, “assim como a exposição artística, a história é imitação da natureza” (HUMBOLDT, 2001, p. 83), com a descoberta do necessário é a eliminação do aleatório. Ou seja, patenteia-se sua dívida para com Aristóteles e sua conceituação da *mimesis*<sup>5</sup>. Para Humboldt o historiador deve dominar a fantasia, usando mais da razão e da intuição, buscando o necessário, não se tornando escravo da forma. Nesse mister de representar e expressar o passado, o historiador deve buscar um motivo central, um centro articulador de encadeamentos (HUMBOLDT, 2001, p. 84). Ou seja, também aqui se vislumbra a importância de um centro responsável pela urdidura do texto. E para não deixar dúvidas quanto à sua pertença ao historicismo e ao método compreensivo, Humboldt assevera a necessidade de uma concordância entre sujeito e objeto, realizada no ato de conceitualização. Conceituar é uma maneira de

compreender, pois o conceito promove o encontro da objetividade e da subjetividade, essências superadas por um abismo. Segundo Reinhart Koselleck, Humboldt teria resolvido a disputa centenária entre história e poética (KOSELLECK, 2006, p. 52), mas creio que esta tarefa só foi realizada, de fato, por Gervinus.

Humboldt em sua conferência demonstra que a investigação histórica se fundamenta sobre dois aspectos fundamentais: a cronologia e o estabelecimento das conexões. As primeiras são indicadas pelos testemunhos e vestígios: as últimas deveriam ser deduzidas, o reconhecimento de uma luz que confere vida às formas. É a partir delas que, nas palavras de Humboldt, o historiador deveria buscar a verdade essencial. Por meio delas ele ordenaria os eventos, valendo-se da dedução, da intuição e também da fantasia. Para selecionar os fatos, o historiador deveria buscar os mais elevados e necessários, seu engenho seria “fazer reviver o sentido para a realidade” (HUMBOLDT, 2001, p. 82). Tendo a hermenêutica como referência metodológica angular, o passo seguinte seria a exposição, que para Humboldt, vincula-se à mimesis, visto ser uma imitação do real a qual seria uma combinação entre semelhanças externas (formas) e verdades internas (idéias), daí a importância da compreensão. Essas idéias constituem forças históricas, ativas e criadoras, um princípio que reaparece vivamente no pensamento de Ranke e de Droysen. Essas forças, inicialmente invisíveis, depois visíveis e finalmente irresistíveis, seriam a verdade essencial da História para Humboldt. Mas, enquanto Humboldt recomendava que se encarasse os fatos de perto (HUMBOLDT, 2001, p. 85), Ranke defendia que os olhasse do alto.

Ao que tudo indica, Leopold von Ranke não voltou sua atenção especificamente para o problema da narrativa, embora seja necessário maior conhecimento sobre seus inúmeros textos ainda não traduzidos. Com sua fórmula *wie es eigentlich gewesen*, engessou-se uma incompreensão de seus pressupostos acerca da História. O que ele buscava com essa atitude era romper com os padrões retóricos da escrita da história tal como em Guicciardini, valorizando a objetividade e a empiria ao combater elementos ficcionais presentes na história. Com isso ele inaugura uma nova forma para a narrativa da História (RÜSEN, 1990, p. 191).

Embora não tenha redigido nenhum estudo específico sobre o problema da narrativa na história, Ranke forneceu pistas de como os historiadores deveriam escrevê-la. Tanto no prefácio de 1824 da *História dos povos germânicos e latinos*, quanto em texto de 1830, já indicava que a narrativa histórica incorpora uma dimensão poética, mas distinta da criação literária, visto os historiadores lidarem com evidências do passado. Com Ranke, “atribuiu-se à história a tarefa de apontar para o passado, de instruir o mundo contemporâneo para proveito da posteridade” (KOSELLECK, 2006, p. 53). Nesta obra há a passagem que o imortalizou, cuja prodigalidade de citações é diretamente proporcional ao tamanho de sua incompreensão: “pretendo apenas mostrar como as coisas realmente aconteceram”. Ranke jamais teria a ingenuidade de achar que a história é idêntica à fonte que lhe dá testemunho. Os textos do pai da história moderna evidenciam um arguto senso que constantemente distinguia a historicidade do passado, a pesquisa com as fontes e escrita da história, tal como surgia em Chladenius.

Talvez Ranke seja mesmo um historiador mais conhecido por seus feitos e seus supostos defeitos, que por sua efetiva leitura. Nas palavras de Peter Gay, ele teria sido um misto de teólogo, cientista e dramaturgo, pois,

Em mais de sessenta anos de incansável escrevinhação e em mais de sessenta obras, Ranke mostrou os dons que normalmente associamos a romancistas ou dramaturgos: velocidade, colorido, variedade, originalidade na enunciação e um soberbo controle (GAY, 1989, p. 66).

Em outras palavras, a verve do artista em Ranke se combina com o ofício do cientista. Leitor de Tucídides – sua dissertação foi sobre as idéias políticas do célebre historiador grego –, mas também discípulo de Chladenius, Ranke tinha consciência do que deveria fazer. Veja o que diz no prefácio à sua *História dos povos germânicos e latinos*:

Finalmente, o que pode ser dito sobre o tratamento isolado de parte tão essencial dos trabalhos históricos? Este trata-

mento não parecerá muitas vezes seco, interrompido, sem cor, cansativo? Existem para isso nobres modelos, antigos e também novos (estes não devem ser desconsiderados), mas não ousei imitá-los: o seu mundo é outro. Para eles existe um ideal elevado: é o próprio evento em sua compreensibilidade humana, sua unidade, sua abundância; dever-se-ia chegar bem perto disso. Eu sei o quanto fiquei distante. É empreendido um esforço e um empenho e, no final, não se consegue nada. Que ninguém fique impaciente por causa disso! O principal é sempre a humanidade – é dela que tratamos – do modo como ela é e, como Jacobi diz, explicável ou inexplicável: a vida de uma pessoa isolada, das nações, dos povos e, às vezes, a mão de Deus sobre tudo (RANKE, 2010, p. 3).

Aqui aparecem pressupostos fundamentais do ofício do historiador para Ranke, pois, para além da importância que conferia aos documentos – um sentimento maximizado que é compreensível diante de seu encanto e privilégio em manusear fontes intocadas da história moderna, medieval e antiga em diferentes países a serviço do governo prussiano –, ele tinha convicção do papel do historiador e da narrativa na consumação da História. É ocioso, portanto, insistir na importância que os documentos tinham para Ranke. Trata-se de um aspecto superestimado de sua contribuição, que obstruiu a percepção de suas virtudes realmente cardeais: a preocupação com a crítica documental e com a exposição narrativa. É neste registro que se deveria compreender suas duas máximas mais citadas: a de representar a história como realmente aconteceu, ou ainda a de que cada época é imediata à Deus, em seu próprio ser. Aqui se consubstanciariam as verdadeiras qualidades do historiador, pois, para além da crítica documental, a compreensão e correta representação do passado constituem, de fato, o cerne da operação historiográfica para Ranke. Seria inútil imaginar que as fontes, exclusivamente, afigurassem-lhe como a essência do trabalho dos historiadores. Pois, em última instância estas dependeriam sempre do historiador, de sua compreensão e da historicidade dos homens, das idéias e do passado. Ranke sabia que suas obras, no futuro, seriam superadas pela descoberta

de novos documentos ou de novas técnicas de análise, ele mesmo o afirma. Embora o documento fosse um instrumento privilegiado de acesso à uma determinada época, é o historiador que confere vida àquele e aos eventos por meio de sua análise e exposição. A chave da compreensão histórica, portanto, não está no documento como desejaram vários intérpretes do legado rankeano, alguns chegaram a associar seu pensamento ao positivismo – corrente que sequer existia quando o alemão publicou sua primeira obra<sup>6</sup> – ela está no diálogo do presente com o passado. Não por acaso, as histórias de Ranke são dramas repletos de ação, sua religiosidade é serena, seu partidarismo contido. Para ele, por trás da teodicéia humana, há a mão de Deus e o historiador deveria realizar um serviço especial – uma missão – promovendo o diálogo entre as tradições. É através da narrativa deste diálogo que a crônica dos acontecimentos ou a frieza insípida dos eventos políticos ganharia cor e humanidade.

Ranke é um narrador ágil na veia germânica oitocentista; assim como ouvimos a voz do autor nos contos de Wilhelm Raabe ou de Gottfried Keller, vemos Ranke a desenrolar sua narrativa e a compor seu cenário. Como sugerem seus diários, tais metáforas são afiadas em representar o que, para ele, constituía o ofício: repetidamente, e desde seus primeiros anos, Ranke insiste na imperiosa necessidade da forma (GAY, 1989, p. 66).

No prefácio à 1ª edição Ranke oferece indícios seguros para se pensar como entendia a relação entre forma e conteúdo. O conteúdo diz respeito às fontes, pois

[...] a origem da matéria [histórica] são memórias, diários, cartas, relatos de delegações e narrações originadas de testemunhas oculares; baseia-se em outros escritos somente quando estes foram diretamente derivados destes, ou quando pareciam terem sido tornados equivalentes a estes com base em algum conhecimento original (RANKE, 2010, p. 2).

O segundo passo da atividade de pesquisa diz respeito à exposição dos resultados. Nas palavras de Ranke,

[...] do objetivo e da matéria surge a forma. De uma *Historie* não se pode fazer o mesmo desenvolvimento livre que, pelo menos, a teoria busca numa obra poética e eu não sei se se acredita de fato ter encontrado este desenvolvimento nas obras de mestres gregos e romanos [...]. Uma rigorosa exposição dos fatos seja esta tão condicionada e desagradável quanto for é, sem dúvida, lei suprema. O segundo objetivo foi o desenvolvimento da unidade, a continuidade dos eventos (RANKE, 2010, p. 3).

Como se vê, o grande historiador alemão, muito antes de Hayden White (1992) já alertava para as aporias da relação conteúdo e forma na escrita da História e, além disso dos nexos que deveriam ser constituídos para representar a continuidade dos eventos, ou seja, o processo histórico. Mais adiante ele dirá,

[...] preferi mostrar como aconteceram histórias de cada povo, cada poder, cada pessoa isolada somente depois que estes elementos aparecem agindo ou dirigindo: não me preocupei se bem antes disso estes já não deveriam ser lembrados aqui e ali – como, pois, a sua existência poderia ter passado intocada? Deste modo, foi mais fácil escrever sobre a linha que [estes elementos] mantêm de modo geral, o caminho que tomam, o pensamento que os move (RANKE, 1824, p. 3).

Estes elementos, que em Burckhardt (1818-1897) aparecem sob a rubrica de forças históricas, em Droysen são os poderes éticos e em Humboldt são as idéias, Ranke não os define categoricamente. Seriam forças divinas, quase um *desideratum* de toda e qualquer história humana.

No prefácio à 2ª edição, celebrativo dos 50 anos dessa obra, Ranke é ainda mais claro em seu propósito: escrevia para leitores de diferentes nacionalidades e épocas. E precisa esclarecer pontos

obscuros e os modos de construção tal como surgem nos documentos ou nos autores antigos. Confessa:

Eu deveria encontrar uma maneira de fazer com que a impressão e o modo de apresentação original, que sofre de vários pontos obscuros e modos de construção trazidos e aceitos da antiguidade e outras deficiências, não fossem impedimentos para o livro. Mas eu não pretendia apresentar o livro como simples antiguidade, eu desejava que as apresentações ali contidas fossem consideradas como bem comum, não quero dizer da nação, mas do público participante. Numa permanência no país, distante de outros livros e ocupado exclusivamente com este, eu pensava que fosse possível solucionar as deficiências sem me aproximar demais da característica original do livro. O leitor que não se esqueça que tem em mãos uma obra de 1824. Tão somente na parte crítica se tornou necessário adicionar o resultado de novos estudos com base em novas publicações significativas. Assim sendo, a obra antiga é oferecida novamente ao público: na essência permanece a mesma. Trata-se daquela obra com a qual o autor iniciou a sua atividade literária há 50 anos e, pela nova publicação, o autor comemora simultaneamente o seu jubileu autoral (RANKE, 1824, p. 5).

Herdeiro intelectual de Humboldt e de Barthold Niebuhr (1776-1831), a seu modo propagadores do recurso imperativo das fontes primárias em pesquisa histórica, do uso da crítica histórica documental, bem como da defesa de uma escrita da história compromissada com a verdade dos fatos, objetiva e apartidária, tudo isso não significou para Ranke, em nenhum momento, a recusa da imaginação, a presença da subjetividade ou a rejeição de uma poética para a História<sup>7</sup>. Gay revela que este é um de seus méritos, com seus esforços, não deixou dúvidas quanto ao fato de que os documentos detêm a chave da verdade histórica, embora necessitem da intervenção por parte do historiador que os acolhe, seleciona e analisa (GAY, 1989, p. 75). Ele podia ver com restrição o preenchimento de lacunas, mas não o recurso à imaginação, pois

em “*Ranke, a mão modeladora do artista literário nunca se distancia do labor construtivo do historiador*” (GAY, 1989, p. 63s). Valorizava, de maneira singular, a narrativa dos historiadores, escrevendo com vivacidade e graça (GUILLAND, 2002, p. 47). Para ele, a História era, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte e o historiador não deveria inculcar nela suas posições políticas<sup>8</sup>. Neste sentido, afastava-se radicalmente de seus contemporâneos como Droysen e de seus próprios discípulos Heinrich von Sybel (1817-1895), Maximilian Duncker (1811-1886) e Heinrich von Treitschke (1834-1896). Evidentemente, Ranke sabia da impossibilidade de uma escrita neutra, mas preconizava a recusa a tomar-se partido.

Os historiadores precisariam, para Ranke, de três virtudes cardeais: o bom senso, a coragem e a honestidade. A primeira é necessária para captar as coisas importantes, a segunda para não se furtrar de dizer sempre a verdade e a última para evitar o auto-engano. Ou seja, através da narrativa consubstanciavam-se a história e sua possibilidade de compreensão. Ele figura ao lado de Droysen como um aluno ideal de Humboldt, como indicou Arnaldo Momigliano (2004), pois tem posição semelhante às do mestre em relação a temas como a natureza do pensamento histórico, o Estado, a cultura e a dificuldade de se encontrar leis universais para o estudo do passado. E cada um deles a seu modo enfatizou a necessidade do realismo histórico e do senso de realidade. Ranke tinha em Herder sua referência-chave, pois este pensador, segundo Hayden White, “*forneceu um modelo para um modo de escrever a história que pode ser desprendido de sua base teórica formal e julgado em seus próprios termos, como um protocolo metodológico que pode ser partilhado por românticos, realistas e historicistas indistintamente*” (WHITE, 1995, p. 91). Sua compreensão da história como uma ciência rigorosa expressa uma tensão entre uma demanda explícita por objetividade científica e a rejeição aos julgamentos de valor e especulações metafísicas, bem como a intromissão de questões políticas ou filosóficas na pesquisa; igualmente recusava “*toda sorte de positivismo que reivindicasse o estabelecimento dos fatos como a tarefa essencial do trabalho do historiador*” (IGGERS, 1983, p. 25). Com efeito, diz Ranke na abertura de seu texto de meados de 1830 sobre seu ofício:

A história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer a habilidade para recriar (*Apud* BENTIVOGLIO, 2010, p. 141).

Como se vê, Ranke percebeu, como nenhum outro que a história é para além do estudo crítico e metuculoso de fontes autênticas, ou da interpretação mais adequada ao que realmente ocorreu, um esforço narrativo que presentifica uma verdade sobre o passado, uma operação com duplo esforço: em pesquisar e em narrar. Acompanhando Fenelon e Luciano, também para Ranke o historiador precisa relatar uma verdade sem adornos ou partidarismos. Em texto de 1824 repreendia Guicciardini com suas narrativas fantasiosas, postulando dar voz às forças poderosas

A história distingue-se da poesia e da filosofia não em consideração a sua capacidade, mas pelo objeto abordado, que lhe impõe condições e a sujeita à empiria. A história traz ambas juntas em um terceiro elemento peculiar somente para si. Ela não é nem uma nem outra, porém exige uma união das forças intelectuais ativas em ambas, poesia e filosofia, sob a condição de que estas últimas sejam dirigidas através de sua relação com o ideal em direção ao real (*Apud* BENTIVOGLIO, 1989, p. 142).

Do mesmo modo que em Droysen, há na escrita da história de Ranke uma preocupação constante com a expressão mais exata, com a ordenação mais clara, com a referência a eventos do passado aliadas à tentativa incessante de elucidar seus nexos internos. Do mesmo modo, ambos aproximam a *Históriada* ética e da poética, considerando a influência do historiador sobre sua narrativa. Diante do exposto, não é sem reservas que se devem aceitar as assertivas de Iggers ou Koselleck que enxergam na postura de Ranke um realismo ingênuo. Afinal ele definiria a escrita da história como oposta aos

princípios romanescos de Walter Scott. Fugia do romantismo com a mesma intensidade com que evitava envolvimento afetivo, político ou psicológico nos acontecimentos de seu tempo. Ranke não se faz de rogado em suas recomendações sobre a tarefa dos historiadores:

Antes de mais nada, temos que investigar a informação genuína tão precisamente quanto possível para determinar se podemos descobrir os motivos reais. Fazer isso é muito possível, mais do que freqüentemente se pode pensar. Somente quando este caminho não nos conduz mais além, é nos permitido conjecturar. Que ninguém acredite que esta limitação pode restringir a liberdade de observação. Não! Quanto mais documentada, mais exata e mais frutífera a pesquisa, mais livremente pode se desdobrar a nossa arte, que só floresce no elemento da imediata e irrefutável verdade! Motivos apenas inventados são estéreis. Os verdadeiros, derivados de observações pontuais, são diversos e profundos (*Apud* BENTIVOGLIO, 2010, p. 149).

Ranke representou, portanto, uma verdadeira inflexão na historiografia contemporânea em dois níveis: o teórico e o narrativo (RÜSEN, 1990, p. 195)

Enquanto Ranke não é tão categórico em sua referência à Aristóteles, Gervinus é demasiado explícito em sua dívida com o grande filósofo grego. Mas principia por contradizê-lo, afirmando que em determinação dos gêneros da poesia, das atividades do poeta e da natureza da oratória, não poderia valer mais a opinião de que na verdade não existe uma arte histórica simplesmente porque Aristóteles não tratou dela. Como Ranke, não se furtou à dívida com Humboldt, quando diz que somente este versou adequadamente sobre o problema da escrita da história. Para Gervinus,

[...] o campo da história não pode ser mensurado de forma tão simples como é o caso do campo da poesia; a escrita da história nem é tão cultivada quanto a arte da poética [...] a forma livre da apresentação da história não fornece

facilmente uma base externa como é o caso da arte de fazer versos na poética [...] não parece ser possível diferenciar formalmente os diversos tipos de escrita da história, sem chegar ao mesmo tempo à diversidade da essência. Isso ocorre porque, na poesia, a parte mais importante consiste na forma, antes do conteúdo, ao passo que na história o conteúdo é mais importante do que a forma. Por essa razão, no caso da história, chega-se mais facilmente a uma classificação material do que a uma classificação formal dos gêneros (GERVINUS, 2010, p. 30).

Ou seja, em história é mais fácil fazer uma diferenciação a partir dos objetos, história política, história da literatura, história das igrejas, história do direito, ou ainda de modo bem abrangente, biografias, histórias de atos isolados, dos povos ou história universal. Gervinus ressalta que poetas e tampouco historiadores costumam pensar ou filosofar sobre suas práticas. Em relação à experiência, indica que temos três formas de se apoderar do real, pela sua realidade, pela sua possibilidade e pela sua necessidade. De modo semelhante Aristóteles fazia distinção entre o *como*, o *o quê* e o *porquê* das coisas (ARISTÓTELES, 1989, p. 43).

Pela nossa experiência, observamos as coisas de acordo com sua simples aparição no mundo real, aparentemente sem regras, procuramos a verdadeira relação entre estas coisas e gostamos de partir para uma aplicação que seja satisfatória; ou então, criando, desviamos-nos dessa realidade dada de acordo com as leis do imaginável e do possível, como se essa realidade tão rigorosamente delimitada, fosse para nós ilimitada, como se pudéssemos configurá-la sem limites, passamos então a buscar somente uma correlação possível entre as coisas e partimos para um deleite satisfatório; ou queremos ver dentro da esfera do real e da experiência uma regularidade geral, excluindo qualquer casualidade, e procuramos por um entendimento satisfatório. No último caso, quem age dentro de nós é a razão, no penúltimo é a força imaginativa e no primeiro é a mente observadora. A atividade no último caso

é o filosofar especulativo, no penúltimo é a parte criadora do poeta e no primeiro é a parte classificadora do historiador (GERVINUS, 2010, p. 32).

Mas estas três atividades se misturam e não atuam de forma autônoma. A seguir Gervinus mostra que o colecionador comum de fatos é pobre de espírito, não escrevendo histórias, mas crônicas. Estas até poderiam ser consideradas um gênero histórico, mas bem desprezível. Para ele,

O mundo real, que é a base e o solo do historiador, é a base e o solo de tudo. A diferença é que o poeta pode elevar-se acima do mundo real, ao passo que o filósofo aprofunda-se nele, esquecendo-se dele ao pesquisar sobre suas leis, porém ambos precisam partir do mundo real [...] O historiador unilateral, porém, nunca pode abandonar o mundo real, tornar-se incorreto, porquanto ele não pode andar por caminhos errados; mas ele pode ficar estagnado nesses caminhos, pode ignorar o mundo possível e necessário e então o seu agir será falho e pobre e o pobre de alma é desprezível, pelo menos lá onde pretende valer mais do que realmente é, ainda que não seja condenável (GERVINUS, 2010, p. 36)

Gervinus relaciona este tipo de escrita deficiente, como sendo comum na historiografia ocidental, afirmando que na Idade Média denominavam-se crônicas e, na atualidade, jornais. E confessa,

[...] já por serem necessárias, não são condenáveis; não as recusamos, mas as toleramos. E justamente porque muitas mentes medíocres estão atuando nisso de forma ativa ou passiva, escrevendo ou lendo, assim perdemos facilmente de vista até mesmo as coisas pobres dos cronistas e jornalistas, e assim, onde a crônica não quis ser nada mais além de crônica, não exigindo mais nada, então ela, embora seja pobre, não pode nem mesmo ser condenável (GERVINUS, 2010, p. 37).

Passa então em revista às transformações da escrita da história, dizendo que antes das crônicas existiam as genealogias, freqüentes em povos onde o desenvolvimento histórico é, em suas palavras, insignificante (GERVINUS, 2010, p. 38). Mas são tão pouco consistentes que chegam a merecer o desprezo. Dos nomes a serem lembrados surgiram as ações dignas de serem perpetuadas.

A crônica é a forma fundamental de toda historiografia, assim como o épico o é para a poesia; ela, como mediadora do material histórico, foi o fator mais importante sob qualquer uma das formas. Ela é o núcleo e a estrutura de toda a História já pelo fato de que fornece o mais importante e o mais imprescindível na tradição histórica e se satisfaz nesse imprescindível [...] ela simplesmente observa, abrangendo de modo parcial e racional, relata fielmente o que ocorreu na realidade, emprega sempre aquela uma atividade mental em movimento que para isso é necessária, desdenhando de qualquer forma artística e de qualquer conteúdo filosófico. (GERVINUS, 2010, p. 38).

Gervinus lembra que as crônicas evoluem para a forma de anais e concorda com Cícero (106-43 a.C): “eles fornecem uma narração isenta de ornamentos, sem analisar as causas. Por isso, prendem-se mais às circunstâncias do que às pessoas, mais no agir externo do que nas intenções internas” (GERVINUS, 2010, p. 39). E aqui acrescenta uma observação fundamental para nossa análise. Diz que os anais e crônicas são formas primitivas, infantis, porque não conhecem intrigas ou julgamentos, são “obras históricas em formação, germes de uma historiografia popular mais completa” (GERVINUS, 2010, p. 39). Acrescenta ainda que povos pouco versados na política ou nas artes contentam-se com este tipo de descrição útil, desprovida de fantasia. Mas nos povos onde há maior florescimento intelectual, assim como na poesia épica, também as crônicas passam a receber um tratamento mais crítico por parte de seus autores.

Tal como uma obra de arte, as obras históricas únicas e valiosas requerem um acabamento em si mesmas, um todo fechado, uma unidade de plano e um resumo das partes formando um todo. Segun-

do Gervinus fora Políbio que trouxe essa exigência da *Poética*, de Aristóteles, transmitindo-a para sua obra histórica. Mas, a maioria das obras históricas não atende a esta regra. “Aqui, portanto, o historiador precisa aprender com o poeta e o filósofo” (GERVINUS, 2010, p. 44). De certo modo, Gervinus esclarece o porquê dos alemães falarem tanto em história universal, ao revelar que “nunca alguém escreveu uma verdadeira obra histórica, cuja parte, da qual se trata a história, não se refira também a toda a humanidade” (GERVINUS, 2010, p.44). Procedendo assim, não caem na “estreiteza daqueles historiadores nacionalistas” (GERVINUS, 2010, p. 44). E afirma,

Tendo reconhecido o que é necessário, ele classifica imediatamente o seu material histórico através de um procedimento artístico mais livre em torno desse ponto central, não havendo risco, bastando que tenha o cuidado diante do verdadeiro e real, não pretendendo ser um poeta histórico, nem um historiador poético, mas simplesmente um historiador, que classifica de forma adequada e que representa com arte. (GERVINUS, 2010, p. 45)

Em seguida relaciona o surgimento de outro gênero importante, ao lado das crônicas: as memórias. Gervinus indica também que a

[...] narração das coisas passadas era assunto dos anais, a sua discussão é assunto dos ensaios. Os anais narravam atos em relatórios simples sem motivos e os ensaios geralmente lá onde são mais verdadeiros, informavam apenas os motivos, fazendo uma simples indicação ou recordação às circunstâncias. Não é de uma pura contemplação desapaixonada que as memórias falam, mas de uma observação investigadora e de uma racionalidade fundamentada nessa observação (GERVINUS, 2010, p. 46).

Em relação à poética, as memórias se assemelham ao drama e diferem-se radicalmente das crônicas.

O escritor de memórias se sente estimulado a olhar para dentro dos mistérios das histórias, não como o cronista que apela para soluções vindas de interferências divinas, mas o que o estimula é adivinhar as maquinações ocultas do ser humano. Ele sai do grande palco das circunstâncias públicas e parte para a vida privada. As memórias são tão subjetivas quanto a crônica é objetiva [...] O seu modo de representação, assim como no drama, é do tempo presente; assim como no teatro antigo, as ações épicas se situam atrás da cena, porém a intriga e a catástrofe psicológica aparecem no palco; assim como antigamente os poetas teatrais, também o historiador atua junto (GERVINUS, 2010, p. 47).

Estas qualidades podem ser encontradas em Tucídides, em Xenofonte (430-355a.C), mas também em Joinville (1224-1317). Gervinus despreza os franceses e diz que só passaram a escrever obras de história por influência estrangeira e que até o século XIX só tiveram crônicas e memórias, não histórias. Mesmo Voltaire (1694-1778) não é poupado, e adianta “sua obra famosa domina o caráter da memória: ele trata toda a história com uma mesquinha conveniência e não mostra nenhuma capacidade de se colocar numa relação a ele estranha” (GERVINUS, 2010, p. 49). Ou seja, não consegue reconhecer outros pontos de vista possíveis a não ser o seu. Não oferece nenhuma inclinação compreensiva.

Em seguida Gervinus propõe uma outra subdivisão do gênero histórico, entre as histórias cronológicas – anais, cronologias – e a das histórias pragmáticas, ou didáticas, compostas por obras “projetadas de acordo com idéias subjetivas nelas inseridas e escritas para determinados fins, morais ou políticos, visando a melhora da humanidade ou a formação de homens de negócios e semelhantes” (GERVINUS, 2010, p. 50), como a de Bossuet (1627-1704) e de Tucídides. Na Inglaterra, diz Gervinus, esse gênero não vicejou, pois lá se exigem livros práticos de história. O historiador pragmático busca na psicologia as causas e efeitos de fatos históricos. Para Gervinus, “cada historiador deve ser tão bom pragmático quanto cronológico, mas ele também deve precaver-se de não ser nada mais além de ambos” (GERVINUS, 2010, p. 53).

Outro gênero existente é a biografia, mas o alemão acredita que a “vida de um grande homem é história universal e nunca pode ser isolada e arrancada do todo. Nesse sentido, nenhuma biografia poderia nos apresentar Lutero, por exemplo. Pois a sua grandeza se situa em sua relação com os planos da providência” (GERVINUS, 2010, p. 57). Trata, enfim, da importância da urdidura, do reconhecimento dos nexos históricos:

Não encontramos uma unidade nos cronistas populares, portanto, não encontramos nos historiadores ou nos escritores pragmáticos de memórias aquela unidade de que precisávamos e que confere o amálgama de uma obra histórica, formando um todo histórico. Também não encontramos neles a associação daquelas variadas forças da mente que considerávamos necessárias para a criação de verdadeiras composições históricas (GERVINUS, 2010, p. 60).

Gervinus indica que tanto o historiador pragmático quanto o popular podem enganar-nos, o primeiro com a impressão filosófica, por sua calma e ponderação, o segundo com a impressão poética por seu entusiasmo. Mas isso é retórico e forçado. No fundo, ambos são demais escravos de seus materiais, ou seja, das fontes.

Outro gênero existente é o das histórias lendárias, “aquelas retransmissões histórico-poéticas dos tempos, em que o objeto das narrações ainda não estava escrito, sendo familiar apenas ao ouvido e entregue às canções” (GERVINUS, 2010, p. 63). Elas não devem ser desprezadas, pois “foram reconstruídas a partir da experiência histórica real, representam um complexo de todo o conteúdo espiritual de uma história” (*Ibidem*).

A última subdivisão do gênero consistiria na teoria da história (*Historik*), que versará “sobre a natureza da história, do objeto da historiografia” (GERVINUS, 2010, p. 63). Essa tarefa não pode fazer da história um objeto da filosofia, pois, quando

[...] homens como Herder e Kant procuram um ponto ideal na história, uma unificação completa do gênero humano, um estado perfeito da sociedade e semelhantes, então podemos

dizer que eles não possuíam o alfabeto e a tabuada de todo o ensinamento da história e, por isso, poucas esperanças podem trazer aquilo que os aspectos filosóficos da história nos trariam (GERVINUS, 2010, p. 66).

Para Gervinus, Tucídides escrevia de forma cronológica, Maquiavel na pragmática. A Antigüidade e a Idade Média tendiam para a crônica, e os alemães seriam orientados a um tratamento mais subjetivo. Por fim, aderindo ao pensamento de Hegel e reproduzindo o pensamento de Humboldt acerca da questão, Gervinus sustenta que o historiador deve ater-se às idéias.

Se o historiador atenta nas circunstâncias históricas para os dedos apontados para o destino, tal como cada ser humano que pensa o faz em suas experiências de vida, se ele aprende a pressentir os planos de regência do universo no andamento caótico das coisas, referenciando-se a estas, sem as quais a história universal não pode ser compreendida, então a massa caótica divide-se por si mesma, formando determinados grupos que apresentam pontos de início e pontos finais, ligados entre si por idéias históricas (GERVINUS, 2010, p. 68)

As idéias acompanham de modo invisível as circunstâncias e eventos, perpassam e configuram toda a história. Sua importância e eficácia teriam escapado à visão de historiadores, mas não escapou ao ser humano. Gervinus passa a pensar tal questão a partir da compreensão, sugerindo o problema da consciência histórica, dizendo que o historiador “precisa aprender a conectar-se de modo sensato às idéias que movem a história de sua época, pois somente onde nos colocarmos em correta sintonia com este andamento da história, nosso atuar será coroado de alegre florescência” (GERVINUS, 2010, p. 72). E arremata: “tão logo o historiador considera o dever e o desenvolver de tais idéias como o fio de sua obra histórica está dada a mais bela unidade para sua obra” (GERVINUS, 2010, p. 73). Ou seja, também aqui a história é filha de seu tempo. Por fim, para não renegar sua pertença à Escola Histórica Prussiana em sua apologia ao liberalismo e ao engajamento político, Gervinus diz

ser necessário que o historiador tenha uma vida política, afinal, a História, em suas relações com a vida moral é inimiga de qualquer isolamento. E diz

Na poesia e na filosofia, poderá ser interessante acompanhar a conseqüência extravagante de um indivíduo, mas o historiador nunca pode fazer correlações com pontos de vista excêntricos e com princípios extravagantes; se estiver em contradição com o sentimento geral da humanidade e com ceticismo, ele logo irá se perder (GERVINUS, 2010, p. 85).

Por fim, há a valiosa contribuição de Droysen, teórico da história praticamente ignorado no Brasil, cuja obra fornece a base sob a qual se assenta boa parte da historiografia alemã, de Iggers a Rüsen e Koselleck. Em seu *Grundriss der Historik*, divide a tarefa do historiador em três momentos: a metodologia, a sistemática e a tópica – esta última abarcando os modos de exposição da pesquisa histórica. Para Droysen:

Da mesma maneira como tudo que move o nosso espírito exige a sua respectiva expressão para que se configura, assim também o que é historicamente pesquisado exige formas e apresentação [...] para que nessas formas a pesquisa forneça, por assim dizer, a prestação de contas de seu propósito e de seus resultados. (DROYSEN, 2009, p. 77)

Droysen discorda de Gervinus quando este aproxima as formas de apresentação por meio de analogias com a poesia épica, lírica e dramática. Ele insiste que:

Sempre, seja qual a forma escolhida para apresentar os resultados obtidos na pesquisa, a apresentação sempre só poderá corresponder e querer corresponder apenas parcialmente, de certa forma, de acordo com determinados pontos de vista (de maneira análoga às apresentações cartográficas) ao estado das coisas assim como eram em sua respectiva época e às pessoas que naquela época viveram e atuaram (DROYSEN, 2009, p. 78).

E informa que qualquer modo de exposição reflete pontos de vista determinados e que o historiador será instado a preencher lacunas, pois sua exposição será mais correta se se conscientizar do que sabe e do que não sabe (DROYSEN, 2009, p. 79).

Droysen propõe então uma *tropologia* dos modos de exposição – de escritas da história: a interrogativa, narrativa, didática e discussiva. A representação do passado poderia ser informada por estes *tropos*, algo inédito até então (TORSTENDAHL, 2003, p. 312). Esse modelo, de certo modo, servirá de inspiração a Hayden White em sua análise do discurso dos historiadores, embora lhe seja absolutamente distinto (WHITE, 1987). Para Droysen, não havia dúvida de que a história poderia conhecer um passado real e que esta realidade era um critério último de validação histórica (TORSTENDAHL, 2003, p. 315).

A exposição interrogativa evidencia sua provisoriedade, as inquietudes e as dúvidas quanto aos resultados obtidos. Ela deve ser uma *mimese* do ato de procurar, como “o pleiteante procede diante do tribunal quando precisa comprovar o chamado fato subjetivo a partir do objetivo” (DROYSEN, 2009, p. 79), ou “rastreado seus indícios e vestígios, encontra sempre novos fatores, até que finalmente tudo se encontre disponível de forma completa e coerente” (DROYSEN, 2009, p. 79).

A exposição narrativa “apresenta o assunto pesquisado como sendo uma seqüência de fatos segundo a *mimese* de seu devir; ela configura, partindo da investigação, um quadro da gênese do assunto tratado pela pesquisa” (DROYSEN, 2009, p. 80). Nessa modalidade de escrita há a aparência de que os fatos falam por si, sozinhos e exclusivamente. Mas Droysen adverte que os fatos seriam mudos sem o narrador que os deixa falar. E sentencia: “não é a *objetividade* que é a melhor glória do historiador. Sua maior justiça é buscar compreender” (DROYSEN, 2009, p. 84). Droysen divide ainda a exposição narrativa em quatro possibilidades: a) pragmática, que apresenta um resultado como que premeditado ou predeterminado, b) monográfica, que “mostra como em seu desenvolvimento e crescimento uma formação histórica se fundamentou e aprofundou em si mesma e produziu” (DROYSEN, 2009, p. 80), c) a biográfica, que “mostra como o gênio de uma personalidade histórica determinou

o seu agir e seu sofrer desde o começo” (DROYSEN, 2009, p. 81) e, por fim d) a catastrófica que apresenta “poderes, tendências, direções, interesses, partidos, etc, todos parcialmente legítimos – engajados em uma batalha, de cujos momentos ou lados os opostos se apresentam lutando, vencendo ou se reconciliando”(DROYSEN, 2009, p. 81).

A outra forma de exposição, a didática, abrange seu objeto na continuidade histórica relacionando-o com a importância que tem no presente. Segundo Droysen, a História “não é instrutiva porque fornece modelos para imitação ou regras para o uso, mas porque ela é vivida e revivida em espírito” (DROYSEN, 2009, p. 81). Imbuído do espírito da Bildung, que enxerga na educação e na formação o núcleo da existência humana e de suas concretizações. Droysen aponta que os estudos históricos fundamentam a instrução e formação política. O homem de Estado é o historiador prático: “habilidoso para ver a realidade e fazer as coisas que devem ser feitas” (ARISTÓTELES, 1995)<sup>9</sup>. Com esta última forma de exposição, dirá que a História adentra nos vastos territórios das ciências, de maneira competente. E arremata:

A forma adequada da exposição didática é o ensino histórico da juventude, e isso por um professor que se movimenta o mais livremente possível e que realize pesquisas autônomas nos campos da história, dominando-os, dando testemunho do espírito mediante constantes renovações, espírito esse que anima e realiza a vida histórica (DROYSEN, 2009, p. 82).

Por fim, há a exposição discursiva que procura direcionar o objeto da pesquisa a diversidade de matizes, “reunindo tudo num espelho convexo, sobre um determinado ponto no presente, que ela ilumina e dessa forma torna claro” (DROYSEN, 2009, p. 83).

Quanto menos ela tiver somado todos os fatores, quanto mais unilateralmente ela fizer sobressair o que se situa o mais próximo ou o que foi o mais atuante no final, tanto mais doutrinária ela se torna (§ 38); isto aparece naqueles elementos determinantes, que em cada dado espaço de tempo leva ao próximo passo, em outras palavras, com sua

Julio Bentivoglio

natureza favorável (§43), presente e operativo somente para aquele caso, sob aquelas circunstâncias, para aquele fim. (DROYSEN, 2009, p. 83)

Encerra seu *Grundriss* dizendo:

Nossa ciência não pretende que seu método de pesquisa seja o único a reger sua atividade científica (§14). E ela tem a humildade de reconhecer que, em suas exposições de resultados, não tem condições de oferecer mais do que faz parte de seu domínio de pesquisa, nem além do que seus métodos possibilitam. E no momento em que ela tem consciência de não poder mais responder, ou não oferecer respostas de forma satisfatória às muitas perguntas de seu campo, então ela redobrará seus cuidados, a fim de que o que ela forneça não pareça ter mais valor do que realmente tem ou pode ter, a saber: uma representação mais próxima o possível de coisas distantes ou muito remotas que foram um presente, que agora são parte integrante de nossa realidade e ainda vivem e convivem no conhecimento dos homens (DROYSEN, 2009, p. 95).

Com base no exposto, vislumbra-se que Droysen revela como toda atividade de pensamento ou de ordem poética se desenvolve segundo formas específicas, de acordo com suas matérias e a partir de suas vivências e criações, ou seja, consubstancia-se em narrativas, marcadas por sentidos, regras e intencionalidade. Esta seria a tarefa da história, tratar da consciência da humanidade de si mesma através de uma metanarrativa que conferiria sentido à teodicéia humana.

Estas breves considerações ilustram o quanto o problema da narrativa foi colocado por alguns historiadores alemães do século XIX e permitem ver como seu pensamento deixou vestígios sensíveis nas reflexões produzidas posteriormente. Concordo com Koselleck, para quem:

A escola histórica prussiana, compreendendo-se como uma ciência que tem por objeto o passado, logrou elevar a história (*Geschichte*) à categoria de uma ciência da reflexão, fazendo uso pleno do duplo sentido da palavra “*Geschichte*” (KOSELLECK, 2006, p. 59).

214

Reconhecendo as diferenças e as semelhanças entre a história e os demais gêneros literários, foram capazes de pensar, na complexidade, a operação historiográfica não se limitando à crítica documental ou a uma mera descrição dos eventos selecionados. Trataram plenamente do ofício do historiador, concebendo-o em todas as suas etapas, conferindo atenção especial à narrativa, que representava naquele momento como agora, um verdadeiro paradoxo, ou como quer Michel de Certeau, quase um oxímoro do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Nesse percurso foram capazes de apontar os limites e o alcance da história em conhecer o passado, salientando a dependência endêmica dos historiadores à narrativa e a realidade.

Enquanto para Aristóteles a história estudaria apenas o particular e estaria aprisionada na esfera do verossímil, aqueles historiadores prussianos, imbuídos do espírito historicista triunfal, foram capazes de explorar possibilidades que a escrita da história apresenta, seu papel condicionante na operação historiográfica, revelando as dificuldades que impõe à ciência histórica, cujo desafio seria a tentativa de representação das ações humanas do passado e apresentação das forças e motivos universais presentes em toda história.

A seu modo, Humboldt, Ranke, Gervinus e Droysen foram historiadores que destacaram o problema da escrita da História, ao ressaltar a dimensão narrativa da pesquisa. Referiram-se a questões relacionadas com a urdidura de enredo, com a imaginação e sobre a referência no processo de refiguração do passado, que em Gervinus marcaria o nascimento da teoria da História e em Droysen, atingiu um caráter tropológico, formal e propositivo nunca visto (SOUTHARD, 1995). Foram os primeiros a examinar de maneira sistemática estas questões, até então ignoradas pela grande maioria dos historiadores. Infelizmente sua contribuição é pouco conhecida, sobretudo devido à ausência de traduções, mas certamente não

esgotou seu caráter provocativo e ainda hoje é capaz de informar o debate sobre a narrativa, mantendo a virtude de estimular novas reflexões sobre o tema.

**History and narrative in German historiography of the nineteenth century.**

**Abstract.** This paper analyzes the problem of narrative to history as it appears in the historiography of the 19th century Prussian, taking as a discussion of some propositions Humboldt Gervinus, Ranke and Droysen it. These authors have given a decisive role in the formulation of narratives with the results of the work of historical research, highlighting this aspect often neglected by many historians of his time. After Chladenius, but long before Hayden White, Paul Ricoeur or Lawrence Stone put the issue of textual composition, the reference to the real and the possibility of tropology representation of the past as outlines for the writing of History.

**Keywords:** Theory of History. German historiography. Narrative. 19<sup>th</sup> century. German historians.

**Notas**

<sup>1</sup> “Por narrativa estamos entendendo o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita mas coincidente com ela; que é pois constitutiva de seu objeto” (LIMA, 1989, p. 17).

<sup>2</sup> Agradeço a Sara Baldus por ter cedido a tradução que fez desta obra em 2009 e que ainda se encontra inédita em português.

<sup>3</sup> Fatos análogos, correspondentes.

<sup>4</sup> Com efeito, a maioria dos intérpretes de Ranke enfatizou, com exceção de Peter Gay (1989) e Jörn Rüsen (1990), suas reflexões sobre o método e não sobre a escrita da história.

<sup>5</sup> Para Humboldt, a “imitação do artista surge pois das idéias, e a verdade da forma se lhe apresenta por seu intermédio. O mesmo precisa suceder nos estudos históricos, uma vez que em ambos os casos verifica-se a imitação da natureza”. (HUMBOLDT, 2001, p. 84).

<sup>6</sup> Comte concluiu seu *Curso de filosofia positiva* começou a ser publicado em 1830 e foi concluído apenas em 1842.

<sup>7</sup> Cf. RÜSEN, 1990.

<sup>8</sup> Conta-se a anedota de que num congresso um colega teria dito a Ranke que era um historiador cristão como ele, ao que retrucou Ranke: “Sou historiador, não apologeta”. (*Apud* HOLANDA, 1979, p. 13).

<sup>9</sup> Habilidade para ver a realidade e fazer as coisas que devem ser feitas (ARISTÓTELES, 1995).

## Referências

- ARISTÓTELES. A poética. *In: Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. *In: O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. *In: MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Ed. PUC-RS: FGV, 2010.
- CHLADENIUS, Johann Martin. *Ciência histórica universal*. Tradução de Sara Baldus. Sapucaia do Sul, 2009 (impresso).
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Presença, 1994.
- DANTO, Arthur C. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. São Paulo: Edusp, 2006.
- DROYSEN, Johann G. *Manual de teoria da história*. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FÉNELON, F. de S. de La Mothe. Duque de. *Projet d'un traité d'histoire (1714)*. *In: DESPOIS, M. E. (Org.) Lettre sur les occupations de l'academie française*. Paris: Delagrave, 1897, p.79-90.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GERVINUS, G. G. *Fundamentos de teoria da história*. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUILLAND, Antoine. *Allemande moderne e ses historians*. New York: Elibron Books, 2001.
- HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. *In: BOUTIER & JULIA. Passados recompostos*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Ranke*. São Paulo: Ática, 1981.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. A tarefa do historiador. Tradução de Pedro Caldas. *Anima*, v. 1, n. 1, 2001.

Julio Bentivoglio

- IGGERS, Georg: *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Hanover: Wesleyan University Press, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Educs, 2004.
- POLÍBIO. *História*. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- RANKE, Franz Leopold von. Considerações sobre a história universal. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história*. Rio de Janeiro: Porto Alegre: FGV/PUC-RS, 2010.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: *História dos povos germânicos e latinos* (1824). Tradução de Sara Baldus. Sapucaia do Sul: 2009 (impresso).
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, v. 1, 1996.
- RÜSEN, Jörn. Rhetoric and aesthetics of History: Leopold von Ranke. *History and Theory*, v. 29, n. 2, p. 190-204, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- SOUTHARDT, Robert: *Droysen and the Formation of the Prussian School*. Lexington: University of Kentucky Press, 1995.
- STONE, Lawrence. The revival of narrative. *Past and Present*, n. 85, p. 3-14, 1979.
- TORSTENDAHL, Rolf. Fact, truth and text: the quest for a firm basis for historical knowledge around 1900. *History and Theory*, 42, p. 305-331, 2003.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1999.
- WHITE, H. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1998.
- WHITE, Hayden. Droysen's Historik: Historical Writing as a Bourgeois Science. In: *The Content of the Form*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

Recebido em 31/03/2010

Aprovado em 10/05/2011